

Delga  
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Delga Participações S.A.**  
Diadema - SP

### Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delga Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos 1 a 3 e dos efeitos dos assuntos 4 e 5, descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delga Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, o balanço patrimonial da controlada, Delga Indústria e Comércio S.A., em 31 de dezembro de 2016 apresenta na rubrica de estoques de produtos acabados e produtos semi acabados os montantes de R\$ 9.471 mil e R\$ 16.393 mil (R\$ 8.478 mil e R\$ 12.270 mil em 2015), respectivamente, e custo de produtos vendidos reconhecido no exercício no montante de R\$ 321.113 mil (R\$ 326.745 mil em 2015). Apesar da existência de um sistema integrado entre o módulos de estoque e contábil, existem certas limitações no sistema que não permitem a geração de relatórios subsidiários do custeio, o que nos impossibilitou obtermos as evidências de auditoria necessárias para concluirmos que a valorização dos estoques e os parâmetros utilizados pelo sistema na formação do custo de produção são apropriados. De acordo com a legislação fiscal, para que um sistema seja considerado integrado e coordenado com a contabilidade é necessário, dentre outros requerimentos, que a escrituração esteja apoiada em livros auxiliares, fichas, folhas contínuas, ou mapas de apropriação ou rateio coincidentes com aqueles constantes da escrituração principal. Portanto, devido às



limitações acima descritas, não está descartada a possibilidade do fisco vir a descaracterizar que a referida controlada esteja cumprindo com este requisito, assim, os referidos estoques deveriam ser mensurados utilizando os critérios arbitrados pela legislação fiscal. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes na rubrica de investimento apresentada no balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como no resultado de equivalência patrimonial e demais elementos componentes das demonstrações financeiras individuais e na rubrica de estoques de produtos acabados e semi acabados apresentada no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como nos elementos componentes das demais demonstrações financeiras consolidadas.

2. Conforme nota explicativa nº 7, o balanço patrimonial da controlada, Delga Indústria e Comércio S.A., em 31 de dezembro de 2016 apresenta na rubrica de estoques o montante de R\$ 39.981 mil, representados por matéria-prima, produtos semi-acabados e produtos acabados (R\$ 30.871 mil em 2015 representado pelos estoques de produtos semi-acabados e acabados). Considerando os possíveis efeitos da ressalva anterior e pelo fato que até a data de conclusão dos nossos trabalhos a referida controlada não havia elaborado análise sobre o valor realizável líquido dos itens dos estoques para determinar se uma provisão para redução ao valor recuperável desses ativos era apropriada, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes na rubrica de investimentos apresentada no balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como no resultado de equivalência patrimonial e demais elementos componentes das demonstrações financeiras individuais e na rubrica de estoques apresentada no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como nos elementos componentes das demais demonstrações financeiras consolidadas.
3. Conforme nota explicativa nº 12, o balanço patrimonial da controlada, Delga Indústria e Comércio S.A., em 31 de dezembro de 2016 apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 208.311 mil (R\$ 213.181 mil em 2015). Diante do cenário econômico atual, as operações foram afetadas de forma relevante e por conta disso, houve a redução substancial dos níveis de produção e de vendas dessa controlada, o que evidencia que os ativos podem estar registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis. De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Controlada deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e se houver, determinar o valor recuperável para apurar a perda a ser reconhecida. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos a Controlada não havia elaborado a referida avaliação. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes na rubrica de investimentos apresentada no balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como no resultado de equivalência patrimonial e demais elementos componentes das demonstrações financeiras individuais e na rubrica de imobilizado apresentada no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como nos elementos componentes das demais demonstrações financeiras consolidadas.



4. Conforme nota explicativa nº 14, a controlada, Delga Indústria e Comércio S.A., não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (índices financeiros - Covenants) do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples (Escritura) em 31 de dezembro de 2016 devido ao fato dela não ter cumprido com o prazo para a divulgação das demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social encerrado previsto no item 5.3.1.1 do inciso (iii) da Escritura apurado em 31 de dezembro de 2016 e obteve o waiver dos debenturistas após o exercício social, fato esse que acarretou o vencimento antecipado da obrigação no montante de R\$ 82.199 mil, dos quais R\$ 54.450 mil estão classificados no passivo não circulante (R\$ 72.450 mil em 2015). De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a referida controlada não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada naquela data para o passivo circulante. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2016 o passivo não circulante consolidado está apresentado a maior e o passivo circulante consolidado a menor em R\$ 54.450 mil, respectivamente (R\$ 72.450 mil em 2015, respectivamente).
5. Conforme nota explicativa nº 17, o balanço patrimonial da controlada, Delga Industria e Comercio S.A., em 31 de dezembro de 2016, apresenta na rubrica Obrigações fiscais e tributárias o montante de R\$ 39.681 mil, dos quais R\$ 17.143 mil refere-se ao PIS e a COFINS. A Companhia não efetuou o recolhimento mensal desses tributos, nem reconheceu os respectivos encargos financeiros e multas de mora em 31 de dezembro de 2016, no montante de aproximadamente R\$ 6.000 mil. Em decorrência desse assunto, em 31 de dezembro de 2016, o o saldo de investimentos no balanço patrimonial individual está apresentado a maior em R\$ 6.000 mil, as obrigações fiscais e tributárias no balanço patrimonial consolidado a menor nesse mesmo montante e o patrimônio líquido a maior em R\$ 6.000 mil e o prejuízo do exercício individual e consolidado findo naquela data a menor em R\$ 2.792 mil, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

#### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Cristiano Seabra Di Girolamo  
Contador CRC BA-017826/O-4

## Delga Participações S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.585	16.362	20.846	28.131	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	26.292	31.605
Contas a receber de clientes	6	1.514	1.455	20.881	34.248	Debêntures	14	-	-	27.749	9.636
Estoques	7	-	-	55.702	53.916	Fornecedores	15	11	5	36.835	42.043
Ativo fiscal corrente	8	-	-	6.249	10.211	Obrigações trabalhistas e sociais	16	27	18	17.619	24.999
Outros créditos		41	41	640	809	Obrigações fiscais e tributárias	17	181	276	40.011	30.434
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18.140</b>	<b>17.858</b>	<b>104.318</b>	<b>127.315</b>	Parcelamentos de impostos	18	75	87	16.839	11.011
Contas a receber de clientes	6	-	-	148	989	Adiantamento de clientes	19	-	-	16.050	15.141
Ativos mantidos para venda	9	10.270	8.275	10.270	8.275	Outras contas a pagar		797	1.352	838	1.645
Empréstimos à partes relacionadas	10	9.328	4.632	9.328	4.632	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.091</b>	<b>1.738</b>	<b>182.233</b>	<b>166.514</b>
Ativo fiscal não corrente	8	12	-	12.506	13.964	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	50.801	52.522
Depósitos judiciais	20	28	28	2.944	2.405	Debêntures	14	-	-	54.450	72.450
Outros créditos		-	-	123	123	Parcelamentos de impostos	16	194	239	43.322	35.906
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>19.638</b>	<b>12.935</b>	<b>35.319</b>	<b>30.388</b>	Passivo fiscal diferido	27	-	-	1.199	1.323
Investimentos	11a	4.139	14.199	-	-	Provisão para perdas em processos judiciais	20	1.552	1.552	3.020	3.020
Imobilizado	12	9.649	11.645	219.844	226.784	Provisão para perdas com investimentos	11a	23.918	-	-	-
Intangível		-	-	355	356	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>25.664</b>	<b>1.791</b>	<b>152.792</b>	<b>165.221</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>33.426</b>	<b>38.779</b>	<b>255.518</b>	<b>257.528</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	21				
<b>Total do ativo</b>		<b>51.566</b>	<b>56.637</b>	<b>359.836</b>	<b>384.843</b>	Capital social		28.488	28.488	28.488	28.488
						Reserva de reavaliação		4.336	4.336	4.336	4.336
						Reserva de incentivos fiscais		12.414	12.414	12.414	12.414
						Reserva de lucros		(20.427)	7.870	(20.427)	7.870
						<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		-	-	-	-
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>24.811</b>	<b>53.108</b>	<b>24.811</b>	<b>53.108</b>
						<b>Total do passivo</b>		<b>26.755</b>	<b>3.529</b>	<b>335.025</b>	<b>331.735</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>51.566</b>	<b>56.637</b>	<b>359.836</b>	<b>384.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Delga Participações S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida	22	7.401	7.526	338.823	358.490
Custos dos produtos vendidos	23	(190)	(92)	(319.606)	(327.597)
<b>Lucro bruto</b>		<b>7.211</b>	<b>7.434</b>	<b>19.217</b>	<b>30.893</b>
Despesas administrativas e gerais	24	(1.105)	(1.634)	(21.321)	(27.560)
Outras receitas operacionais		-	1.520	2.780	3.543
Outras despesas operacionais	25	(164)	(15.250)	(318)	(15.468)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(35.658)	(29.636)	-	-
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(29.716)</b>	<b>(37.566)</b>	<b>358</b>	<b>(8.592)</b>
Receitas financeiras	26	2.261	1.944	9.542	5.347
Despesas financeiras	26	(107)	(100)	(37.720)	(32.608)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>2.154</b>	<b>1.844</b>	<b>(28.178)</b>	<b>(27.261)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(27.562)</b>	<b>(35.722)</b>	<b>(27.820)</b>	<b>(35.853)</b>
Imposto de renda e contribuição social	27	(735)	(1.487)	(477)	(1.356)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(28.297)</b>	<b>(37.209)</b>	<b>(28.297)</b>	<b>(37.209)</b>
<b>Resultado atribuído para:</b>					
Acionistas controladores		-	-	(28.297)	(37.209)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(28.297)</b>	<b>(37.209)</b>	<b>(28.297)</b>	<b>(37.209)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Delga Ind. e Com. S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(28.297)</u>	<u>(37.209)</u>	<u>(28.297)</u>	<u>(37.209)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(28.297)</u>	<u>(37.209)</u>	<u>(28.297)</u>	<u>(37.209)</u>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	-	-	(28.297)	(37.209)
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(28.297)</u>	<u>(37.209)</u>	<u>(28.297)</u>	<u>(37.209)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Delga Participações S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores								Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Lucros retidos	Total	Prejuízos acumulados	Total		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>39.382</u>	<u>90.317</u>	<u>-</u>	<u>90.317</u>	<u>-</u>	<u>90.317</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(37.209)	(37.209)	-	(37.209)
Compensação de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(37.209)	(37.209)	37.209	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>2.173</u>	<u>53.108</u>	<u>-</u>	<u>53.108</u>	<u>-</u>	<u>53.108</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(28.297)	(28.297)	-	(28.297)
Compensação de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(28.297)	(28.297)	28.297	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>(26.124)</u>	<u>24.811</u>	<u>-</u>	<u>24.811</u>	<u>-</u>	<u>24.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Delga Participações S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes dos impostos	(27.562)	(35.722)	(27.820)	(35.853)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	2	2	10.378	10.628
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	25.978	19.548
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	2.136	329
Imposto de renda e contribuição social	(735)	-	(477)	-
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Constituição de provisão para contingências	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	35.658	29.636	-	-
	7.363	(6.084)	10.195	(5.348)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
<b>(Aumento)/diminuição dos ativos</b>				
Contas a receber de clientes	(59)	(628)	14.207	(14.285)
Contas a receber de partes relacionadas	(4.696)	(4.592)	(4.696)	(4.632)
Estoques	-	-	(1.786)	4.737
Ativos mantidos para venda	(1.995)	-	(1.995)	-
Ativo fiscal corrente e não corrente	(12)	-	5.421	4.491
Outros créditos	-	32.500	169	32.654
Depósitos judiciais	-	-	(540)	(181)
			(1)	
<b>(Aumento)/diminuição dos passivos</b>				
Fornecedores	5	5	(5.208)	13.742
Obrigações trabalhistas e sociais	9	18	(7.379)	8.369
Obrigações fiscais e tributárias, parcelamentos de impostos e provisões para contingências fiscais	583	(2.042)	23.578	22.727
Adiantamento de clientes	-	-	909	7.243
Outras contas a pagar	(555)	(294)	(807)	(306)
	643	18.883	32.067	69.211
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>643</u>	<u>18.883</u>	<u>32.067</u>	<u>69.211</u>
Juros pagos	-	-	(9.649)	(11.653)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(735)	(1.487)	(879)	(1.355)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<u>(92)</u>	<u>17.396</u>	<u>21.539</u>	<u>56.203</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>				
Aumento de capital em controlada	(1.680)	(10.000)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(7.569)	(9.583)
Baixa de imobilizado e intangível	1.995	-	1.995	-
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<u>315</u>	<u>(10.000)</u>	<u>(5.574)</u>	<u>(9.583)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	-	-	10.772	40.347
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	-	-	(34.022)	(73.317)
Distribuição de lucros	-	-	-	-
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.250)</u>	<u>(32.970)</u>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>223</u>	<u>7.396</u>	<u>(7.285)</u>	<u>13.650</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	16.362	8.966	28.131	14.481
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>16.585</u>	<u>16.362</u>	<u>20.846</u>	<u>28.131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Delga Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2.000 que tem como objetivo principal a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades. Sua sede está localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo.

#### **Planos de ação em andamento pela Companhia**

Com a retração do mercado devido a crise econômica em que se encontra o país, a indústria automobilística reduziu sua produção média em 11,2 %. Tal fato afetou significativamente as vendas da Companhia nos últimos 2 anos, com redução média de R\$ 49.248 mil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em prejuízo consolidado de R\$ 28.297 (R\$ 37.209 em 2015) e naquela data apresentou deficiência de capital de giro consolidado no montante de R\$ 75.798 (R\$ 39.199 em 31 de dezembro de 2015). Para a reversão dessa situação a Administração tem adotado várias medidas, sendo que as principais são:

- Adequação do quadro de profissionais em virtude das novas condições de mercado, com redução de turnos da fábrica e de jornada de trabalho de 10% a 15% das unidades;
- Novos projetos ganhos para início de produção em 2017/2018 no montante de R\$ 133 milhões para os próximos 3 anos;
- Redução de custos fixos com renegociação de contratos de manutenção e locação;
- Possibilidade de aproveitamento de créditos fiscais existentes;
- Injeção de recursos financeiros com a desmobilização de ativos;
- Redução dos investimentos na planta anteriormente previstos;
- Renegociação de clientes para alinhamento de preços e redução do prazo médio de recebimento em 7 dias; e
- Renegociação com os bancos, buscando o alongamento da dívida.

## 2 Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas (controle integral):

<b>Empresa</b>	<b>% de participação</b>	<b>Atividade desenvolvida</b>
Delga Indústria e Comércio S.A.	100,00%	Estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	99,99%	Revenda de máquinas e equipamentos.
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	99,99%	Estamparia de metais em geral (atualmente sem atividades operacionais)

## 3 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de maio de 2017.

### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas brasileiras exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### (i) *Julgamentos críticos*

Não houve julgamentos críticos realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham gerado efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

#### (ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento e mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 12** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 20** - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

#### **4 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

##### **a. Base de consolidação**

###### **(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

###### **(ii) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

##### **b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

##### **c. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

**(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento***

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a entidade e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração***

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado não derivativos: aplicações financeiras.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.



Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, conta corrente a receber partes relacionadas e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros afins. A Empresa considera equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em até 90 dias, a contar da data da contratação.

**(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração***

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores, conta corrente a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

**(iv) *Ativos e passivos financeiros derivativos***

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**d. *Estoques***

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**e. *Ativos mantidos para venda***

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda ou distribuição contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto

pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

## **f. Imobilizado**

### ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos líquidos no resultado.

### ***Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Os custos de empréstimos atribuíveis ao imobilizado em andamento são capitalizados durante a fase de construção do ativo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### ***Depreciação***

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### **g. Ativos intangíveis**

##### ***Reconhecimento e mensuração***

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

##### ***Amortização***

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### **h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

##### ***(i) Ativos financeiros não derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, devem ser revistos a cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; o
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, provisão é revertida através do resultado.

*Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custo para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas resultado e são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**i. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**j. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**l. Arrendamentos**

**(i) Ativos arrendados**

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas.

**(ii) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são

alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**m. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**n. Capital social - Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

**o. Receita operacional**

***Venda de bens***

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios ocorre quando o produto é entregue nas instalações do cliente.

***Serviços prestados***

A Companhia reconhece a receita com prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

**p. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**q. Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32%, para receitas de aluguéis e de 8% para receitas de venda de imóveis, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro

tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As controladas têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados utilizando o regime do lucro real, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

**(i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) *Despesa imposto de renda e contribuição social diferidos***

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**r. *Novas normas e interpretações ainda não efetivas***

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia ainda não analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas e não planeja adotá-las de forma antecipada.

**IFRS 9 (CPC 48) - *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9 (CPC 48) substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

**IFRS 15 (CPC 47) - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

**IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Não há outras normas ou interpretações que impactem as demonstrações financeiras da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

## **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa	5	5	32	37
Bancos conta movimento	101	327	2.137	8.580
Aplicações financeiras	16.479	16.030	18.677	19.514
	<u>16.585</u>	<u>16.362</u>	<u>20.846</u>	<u>28.131</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% (95% a 101% em 2014) dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.



A análise de exposição da Companhia a riscos de crédito está demonstrada na Nota explicativa nº 29.

## 6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber	3.046	2.987	23.538	37.746
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.532)	(1.532)	(2.509)	(2.509)
	<u>1.514</u>	<u>1.455</u>	<u>21.029</u>	<u>35.237</u>
Circulante	1.514	1.455	20.881	34.248
Não circulante	-	-	148	989

As controladas da Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de Concentração
Volkswagen	33,12%
General Motors	23,40%
Scania	12,31%
Mercedes Benz	6,39%
Outros	24,78%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Para reduzir o risco de crédito a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite individual de crédito e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A Vencer	565	658	14.107	22.403
Vencidos:				
de 1 a 30 dias	42	114	3.314	7.710
de 31 a 90 dias	131	467	776	2.875
de 91 a 180 dias	109	129	308	566
h mais de 180 dias	2.199	1.619	5.033	4.192
	2.481	2.329	9.431	15.343
Total vencidos				
	2.481	2.329	9.431	15.343
Total geral	3.046	2.987	23.538	37.746

### Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	(1.532)	(1.532)	(2.509)	(2.509)
Constituição	-	-	-	-
Saldo final	(1.532)	(1.532)	(2.509)	(2.509)

Não há contas a receber da Companhia e suas controladas dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## 7 Estoques

	Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	9.471	8.478
Produtos semi-acabados	16.393	12.270
Matérias primas	14.117	10.123
Mercadorias para revenda	5.625	6.673
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.275	1.066
Ferramentais em construções	4.830	6.415
Adiantamento a fornecedores	3.991	8.891
	55.702	53.916

Não há estoques das controladas dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## 8 Ativo fiscal corrente e não corrente

	Consolidado	
	2016	2015
IPI a compensar	1.700	1.205
ICMS a compensar	12.355	15.441
COFINS a compensar	2.145	159
PIS a compensar	388	33
Créditos extemporâneos (i)	1.511	6.817
IR a compensar	497	338
Outros	159	182
	18.755	24.175
Circulante	6.249	10.211
Não circulante	12.506	13.964

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2010 a 2014) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.

## 9 Ativos mantidos para venda - Controladora e consolidado

Representado por 8 (oito) imóveis no montante total de R\$ 10.270 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 8.275 mil em 2015 representado por 7 sete imóveis), não mais alocados nas operações da Companhia sendo classificados como ativos mantido para venda, uma vez que possui um comprador iminente.

Esses bens estão disponíveis para venda em suas condições atuais.

## 10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com suas controladas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

### a. Ativo circulante

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mutuo sócios pessoa física	9.328	4.632	9.328	4.632
	9.328	4.632	9.328	4.632

Refere-se a empréstimos de mútuo para os acionistas da Companhia com prazo de vencimento indeterminado e com incidência de impostos sobre operações financeiras (IOF): taxa de 0,0041% ao dia e adicional de 0,38% incidente sobre o valor Principal. Não há incidências de juros e atualizações.

**b. Resultado**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de aluguel		
Delga Indústria e Comércio S.A.	2.343	3.249
Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	-	860
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	63	63
	2.406	4.172

Conforme contratos, os reajustes são anuais e com base nos índices que registre a real inflação na data de vencimento de cada contrato.

- Delga - Diadema - Vencimento Outubro/16 - 5,74 - ICV/Diese
- Delga - Diadema - Vencimento Junho/16 - 10,94 - IGPM
- Delga - Filial Ferraz - Vencimento Setembro/16 - 10,67 - IGPM
- Fobrasa - Rua Almirante Lobo - Vencimento Novembro/16 - 7,38 - INPC/IBGE

**Remuneração de pessoal-chave da administração**

Em 2016 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração foi de R\$ 1.482 (R\$ 1.440 em 2015) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego.

Os beneficiários finais da Companhia são os acionistas mencionados na Nota explicativa nº 21.

## 11 Investimentos em controladas

**a. Composição dos saldos**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldos em investimentos</b>		
Delga Indústria e Comércio S.A.	(20.000)	12.965
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	4.139	5.022
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	(3.918)	(3.788)
Total de investimentos	(19.779)	14.199
Investimentos	4.139	14.199
Provisão para perdas com investimentos	(23.918)	-

**b. Composição dos investimentos**

	<b>Delga Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.</b>	<b>Tamet Estanparia Pesada Ltda.</b>	<b>Total</b>
Capital social	49.438	7.939	704	-
Participação	100%	99,99	99,99	-
Total do ativo das controladas	305.868	10.745	280	316.893
Total do passivo das controladas	(338.892)	(13.249)	(410)	(352.551)
Resultado do exercício das controladas	(33.024)	(2.504)	(130)	(35.658)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2016	(20.000)	4.139	(3.918)	(19.779)
Resultado de equivalência patrimonial	(33.024)	(2.504)	(130)	(35.658)
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2016	<u>(20.000)</u>	<u>4.139</u>	<u>(3.918)</u>	<u>(19.779)</u>

**c. Movimentação dos investimentos**

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	<b>Delga Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.</b>	<b>Tamet Estanparia Pesada Ltda.</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º/01/2016	<u>12.964</u>	<u>5.023</u>	<u>(3.788)</u>	<u>14.199</u>
Aumento de capital social em investida (i)	59	1.621	-	1.680
Equivalência patrimonial	<u>(33.024)</u>	<u>(2.504)</u>	<u>(130)</u>	<u>(35.658)</u>
Saldos em 31/12/2016	<u>(20.000)</u>	<u>4.139</u>	<u>(3.918)</u>	<u>(19.779)</u>

	<b>Delga Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.</b>	<b>Tamet Estanparia Pesada Ltda.</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º/01/2015	<u>30.131</u>	<u>7.743</u>	<u>(4.039)</u>	<u>33.835</u>
Aumento de capital social em investida (ii)	10.000	-	-	10.000
Equivalência patrimonial	<u>(27.166)</u>	<u>(2.721)</u>	<u>251</u>	<u>(29.636)</u>
Saldos em 31/12/2015	<u>12.965</u>	<u>5.022</u>	<u>(3.788)</u>	<u>14.199</u>

(i) Aumento de capital que ocorreu ao longo de 2016 no valor de R\$ 1.621 na Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda e no valor de R\$ 59 Delga Indústria e Comércio S/A.

(ii) Aumento de capital que ocorreu ao longo de 2015 no valor de R\$ 10.000 na Delga Indústria e Comércio S.A.

## 12 Ativo imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Terrenos	6.783	6.783	8.474	8.474
Edifícios	2.861	4.856	18.014	20.009
Instalações	-	-	18.261	17.065
Máquinas e equipamentos	3	3	180.331	176.412
Móveis e utensílios	3	3	1.566	1.557
Veículos	104	104	2.054	2.351
Equipamentos de informática (CPD)	4	4	2.942	2.945
Aparelhos e acessórios	-	-	6.267	6.248
Benfeitorias em imóveis	-	-	54.579	1.514
Veículos industriais	-	-	493	478
Instalações administrativas	-	-	350	350
Embalagens Industriais	-	-	5.724	5.581
Marcas e patentes	-	-	39	39
Ferramentas	-	-	831	873
Imobilização em andamento	-	-	15.474	71.433
	9.758	11.753	315.679	312.239
Depreciações acumuladas	(109)	(108)	(95.835)	(85.545)
Ativo Imobilizado	9.649	11.645	219.844	226.784

### Resumo da movimentação do ativo imobilizado

#### *Controladora*

	2016	2015
Saldo inicial	11.645	11.647
Transferência do imobilizado para ativo para venda	(1.995)	-
Depreciação	(1)	(2)
Saldo final	9.649	11.645

#### *Consolidado*

	2016	2015
Saldo inicial	226.784	214.891
Aquisições	7.569	22.434
Transferência do imobilizado para ativos mantidos para venda	(1.995)	-
Baixas	(2.136)	(328)
Depreciação	(10.378)	(10.213)
Saldo final	219.844	226.784

### **Outras considerações**

Em 2003, a Companhia reconheceu reavaliação de bens imóveis e determinados bens móveis (máquinas e equipamentos e instalações) baseada em laudo emitido por peritos independentes.

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tinham imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$ 9.023 (R\$ 9.023 em 2015). Ver detalhes na Nota explicativa nº 14.

Os custos com capitalização de empréstimos na rubrica de imobilização em andamento incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 2.638 (R\$ 12.871 em 2015).

## **13 Empréstimos, financiamentos e debentures**

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	Consolidado	
					2016	2015
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 8,70% a.a.	14.564	19.500
Citbank, Santander, Banco do Brasil e Bradesco	Capital de giro	Reais	15/09/2021	4,17% a.a + SELIC	33.175	26.357
Banco do Brasil	Capital de giro	Dólar	15/08/2017	LIBOR 0,15% a 0,75% a.a.	2.678	6.284
BNDES	Capital de giro	Reais	15/09/2021	4,17% a.a. + SELIC	26.676	31.986
Total					<u>77.093</u>	<u>84.127</u>
Passivo circulante					26.292	31.605
Passivo não circulante					50.081	52.522

O escalonamento da dívida de longo prazos está assim demonstrado:

Ano	2016
2018	23.581
2019	12.194
2020	8.620
2021	6.406
	<u>50.081</u>

### **Garantias**

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

## 14 Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão das debentures com a liquidação da 1ª emissão

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	14 de maio de 2019
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada.
Forma :	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal :	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a. Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal.
Garantias :	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e da controlada Delga Indústria e Comércio S.A.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019 .
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 14 de maio de 2019, conforme seguem:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Parcela de curto prazo	27.749	9.636
Parcela de longo prazo	<u>54.450</u>	<u>72.450</u>
	<u>82.199</u>	<u>82.086</u>

O escalonamento da dívida de longo prazos está assim demonstrado:

<b>Período</b>	<b>2016</b>
2019	29.891
2020	<u>24.559</u>
	<u>54.450</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 3.147 mil (R\$ 3.106 mil em 2015) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### Garantias

Foram dados em garantia das debêntures imóvel no valor líquido contábil de R\$ 9.023 em 31 de dezembro de 2016.

### Cláusulas restritivas

Os covenants relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionados ao



cumprimento de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora da Companhia Delga Participações S.A, para os quais a Companhia obteve waiver em dezembro de 2016.

Em relação ao cumprimento do prazo para divulgação das demonstrações financeiras completas após cada término de exercício social, o waiver foi obtido em abril de 2017.

## 15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores nacionais	11	5	36.142	40.358
Fornecedores do exterior	-	-	693	1.685
Circulante	11	5	36.835	42.043

Os fornecedores estão representados por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

## 16 Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ordenados e salários	4	3	2.730	1.839
Encargos sociais - INSS e FGTS	5	4	2.758	9.291
Provisão de férias e encargos	18	11	9.972	9.009
Outras obrigações trabalhistas	-	-	2.159	4.860
	27	18	17.619	24.999

## 17 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS a recolher		-	2.737	12.266
ISS a recolher		-	21	13
IRRF a recolher		-	471	2.891
INSS a recolher		-	19.386	5.728
PIS e COFINS a recolher	19	24	17.210	9.278
Imposto de renda e contribuição social	162	252	162	252
Outros			18	6
	181	276	40.011	30.434

## 18 Parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Parcelamento ICMS	-	-	29.717	26.793
Parcelamento IPTU	-	20	-	20
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	-	-	1.568	2.540
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	-	-	13.306	13.786
Parcelamento RFB Lei 12.966/14	-	-	84	313
Parcelamentos trabalhistas	-	-	69	121
Parcelamento PIS E COFINS	-	-	212	240
Parcelamento INSS	269	306	15.205	3.104
	269	326	60.161	46.917
Circulante	75	87	16.839	11.011
Não circulante	194	239	43.322	35.906

### ICMS

Entre 2007 e 2015, as controladas Delga Indústria e Comércio S.A. e Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda., protocolaram diversos pedidos de parcelamentos de âmbitos Federais, Estaduais, Municipais e trabalhistas, para amortização em períodos que variam de 36 a 106 meses. Referidos parcelamentos são atualizados de acordo com legislação específica e vem sendo pagos de acordo com os cronogramas deferidos.

### INSS e RFB Lei 11.94/09

Em 25 de novembro de 2009, as controladas optaram por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES Federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas formalizaram a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31/12/13, restavam para a Companhia e suas controladas de 21 a 34 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 24 a 154 parcelas a serem pagas relativas ao debito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 74 a 87 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

## 19 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos em 2016 de R\$ 16.050 (em 2015 de R\$ 15.141) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente. Quando do entrega dos produtos e emissão das faturas, esses valores são baixados por compensação.

## 20 Provisões para perdas em processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas em processos judiciais.

Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus advogados, e a inclusão no programa de parcelamento “REFIS IV” de tributos devidos, discutidos ou não judicialmente, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam registrado o montante de R\$ 1.552 (R\$ 3.020 em 31 de dezembro de 2015) para cobrir riscos de perdas prováveis

Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão desses processos e de outros assuntos não classificados como provisão para demandas judiciais, os quais totalizam os seguintes valores:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos judiciais	<u>28</u>	<u>28</u>	<u>2.944</u>	<u>2.405</u>

### **Contingências passivas não provisionadas**

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a processos de natureza passiva avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 50.376 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 20.922 em 2015). O principal processo em 2016 está envolvendo a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. e refere-se a uma ação de execução fiscal no montante de R\$32.011. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 21 Patrimônio líquido

### **Capital social**

O capital social da Companhia integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 28.488, representado por 28.544.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Maria Ione Victollo Delgado	54,28%	54,28%
Antonio Augusto Delgado Junior	15,24%	15,24%
Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel	15,24%	15,24%
Carla Milena Delgado	15,24%	15,24%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

### **Reserva legal**

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

### **Política de dividendos**

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

## **22 Receita líquida**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de produtos	-	-	409.988	427.821
Receita de ferramental	-	-	14.795	18.773
Receita de serviços	-	-	485	136
Receita de alugueis	7.642	7.811	5.235	4.562
Receita de revenda	-	-	3.268	11.238
Receita de sucata	-	-	18.584	17.406
Deduções da receita	(241)	(285)	(113.532)	(121.446)
	<u>7.401</u>	<u>7.526</u>	<u>338.823</u>	<u>358.490</u>

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Devoluções	-	-	(5.553)	(15.532)
ICMS	-	-	(57.833)	(59.359)
PIS	(43)	(51)	(7.034)	(7.274)
COFINS	(198)	(234)	(32.404)	(33.493)
INSS	-	-	(10.644)	(4.856)
Outros	-	-	(64)	(932)
	<u>(241)</u>	<u>(285)</u>	<u>(113.532)</u>	<u>(121.446)</u>

## 23 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mão de obra direta	( 172)	(31)	(45.384)	(50.461)
Materiais diretos	-	-	(160.255)	(164.091)
Outros custos diretos	(18)	(61)	(22.828)	(21.538)
Custos indiretos de fabricação	-	-	(89.920)	(87.866)
Custos revenda mercadorias	-	-	(1.219)	(3.641)
	(190)	(92)	(319.606)	(327.597)

## 24 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesa com pessoal	(34)	(259)	(13.995)	(17.792)
Serviços de consultoria	(100)	(56)	(1.293)	(1.361)
Gastos mercadológicos	(60)	(8)	(175)	(498)
Depreciações e amortizações	(2)	(2)	(960)	(1.331)
Seguros	-	-	(368)	(239)
Processamento de dados	-	-	(1.219)	(1.272)
Impostos e taxas	(837)	(1.106)	(1.169)	(1.354)
Despesas gerais	(72)	(203)	(2.142)	(3.713)
	(1.105)	(1.634)	(21.321)	(27.560)

## 25 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Renegociação de créditos venda imóvel (i)	-	(15.250)	-	(15.250)
Despesas gerais	(164)	-	(318)	(218)
	(164)	(15.250)	(318)	(15.468)

- (i) Renegociação do saldo a receber de R\$ 32.500 referente à venda de imóvel pela Companhia, em razão de que até a data do presente acordo o projeto de construção do empreendimento não havia sido aprovado pelas autoridades competentes, apesar dos grandes esforços e gestões realizadas pela Incorporadora; pela conjuntura econômica de crise pelo qual atravessa o país, ocasionando inusitada retração no mercado imobiliário e gerando incertezas quanto ao sucesso do empreendimento. Assim, na busca de atendimento dos interesses e necessidades, as partes acordaram em antecipar e quitar o saldo da dívida pelo valor de R\$ 17.250 conforme contrato de quitação registrado no 15º Cartório de Notas de São Paulo - Livro 2568 - Pág. nº 353/358 - Segundo - Translado.

## 26 Resultado financeiro

### Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros recebidos	164	47	357	209
Juros ativos s/ financiamentos	-	-	600	1.048
Descontos obtidos	-	-	637	75
Aplicações financeiras	2.093	1.896	2.492	2.232
Variação cambial ativa	-	-	3.223	1.333
Variação monetária ativa	4	1	2.233	450
	<u>2.261</u>	<u>1.944</u>	<u>9.542</u>	<u>5.347</u>

### Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas bancárias	(4)	(3)	(279)	(1.214)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1)	(6)	(26.906)	(20.761)
Descontos concedidos	(58)	(7)	(148)	(292)
Variação cambial passiva	-	-	(821)	(2.428)
Variação monetária passiva	(33)	(21)	(4.852)	(3.693)
Outras	(11)	(63)	(4.714)	(4.220)
	<u>(107)</u>	<u>(100)</u>	<u>(37.720)</u>	<u>(32.608)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>2.154</u>	<u>1.844</u>	<u>(28.178)</u>	<u>(27.261)</u>

## 27 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está apresentada como segue:

#### Controladora

	2016	2015
Receita bruta de aluguéis	7.642	7.811
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	(2.445)	(2.500)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de aluguéis	<u>(831)</u>	<u>(850)</u>
Outros	(96)	(637)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(735)</u>	<u>(1.487)</u>

**Consolidado**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.820)	(35.853)
Lucro da controladora apurado pelo lucro presumido	27.562	35.722
Lucro contábil ajustado	(258)	(131)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	88	45
Imposto de renda e contribuição social diferidos	171	86
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	(735)	(1.487)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(477)	(1.356)
Alíquota efetiva	-1,71%	-4%

**b. Composição dos impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Depreciação	(1.198)	(1.323)
Passivo fiscal diferido	(1.198)	(1.323)

- (i) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que haja lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

**28 Prejuízo básico por ação**

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prejuízo do exercício	(28.297)	(37.209)
Quantidade de ações ordinárias (nota 18)	28.544.623	28.544.623
Prejuízo por ação - básico (em R\$)	(0,001)	(0,001)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia ações ordinárias em circulação.

## **29 Instrumentos financeiros**

### **Visão geral**

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

### **Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, eram respectivamente de R\$ 1.514 e 2.509 representando em média 50% e 17% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de elevado *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:



	<b>Controladora</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo</b>		
Caixa e depósitos bancários	106	332
Aplicações financeiras	16.479	16.030
Contas a receber de clientes	1.514	1.455
Empréstimos à partes relacionadas	9.328	4.632
Outros créditos	41	41
	<u>27.468</u>	<u>22.490</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo</b>		
Caixa e depósitos bancários	2.169	8.617
Aplicações financeiras	18.677	19.514
Contas a receber de clientes	21.029	35.237
Empréstimos à partes relacionadas	9.328	4.632
Outros créditos	763	932
	<u>51.966</u>	<u>65.932</u>

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016:

	<b>Controladora</b>		
		<b>Até 1 ano</b>	<b>Superiores há 1 ano</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	106	106	-
Aplicações financeiras	16.479	16.479	-
Contas a receber de clientes	1.514	1.514	-
Empréstimos à partes relacionadas	9.328	-	9.328
Outros créditos	41	41	-
	<u>27.468</u>	<u>18.140</u>	<u>9.328</u>
<b>Passivos</b>			
Outras contas a pagar	797	797	-
	<u>797</u>	<u>797</u>	<u>-</u>

<b>Consolidado</b>			
		<b>Até 1 ano</b>	<b>Superiores há 1 ano</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.169	2.169	-
Aplicações financeiras	18.677	18.677	-
Contas receber de clientes	21.029	20.881	148
Outros créditos	763	640	123
	42.638	42.367	271
<b>Passivos</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	159.292	54.041	105.251
Fornecedores	36.835	36.835	-
Outras contas a pagar	838	838	-
	196.965	91.714	105.251

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### ***Risco de taxa de juros***

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<b>Controladora</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>2015</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	16.479	16.030
	<b>Consolidado</b>	
	<b>Valor contábil</b>	
<b>Instrumentos de taxa variável</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	18.677	19.514
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	159.292	166.213

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora									
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2016	Cenários					
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
<b>1 - Ativos financeiros</b>									
Aplicações financeiras	16.479	Variação do CDI	13,99%	2.305	2.881	3.458	1.729	1.153	
1 + 2		<b>Efeito</b>		<u>2.305</u>	<u>2.881</u>	<u>3.458</u>	<u>1.729</u>	<u>1.153</u>	
Consolidado									
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2016	Cenários					
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
<b>1 - Ativos financeiros</b>									
Aplicações financeiras	18.677	Variação do CDI	13,99%	2.613	3.266	3.920	1.960	1.307	
<b>2 - Passivos financeiros</b>									
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(159.292)	Variação do CDI	13,99%	(22.285)	(27.856)	(33.428)	(16.714)	(11.143)	
1 + 2		<b>Efeito</b>		<u>(19.672)</u>	<u>(24.590)</u>	<u>(29.508)</u>	<u>(14.754)</u>	<u>(9.836)</u>	

### ***Risco de taxa de câmbio***

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia e suas controladas não se utilizam de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia e suas controladas não possuem recebíveis sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
(em milhares de USD)		
Fornecedores do exterior	(205)	(432)
	(205)	(432)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	2016	2015	2016	2015
USD	3,259	3,9048	3,252	3,8690

### **Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2016
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	106	-	106
Aplicações financeiras	16.479	-	-	16.479
Contas a receber de clientes	-	1.514	-	1.514
Empréstimos à partes relacionadas	-	9.328	-	9.328
Outros créditos	-	41	-	41
	-	-	-	-
<b>Total</b>	16.479	10.989	-	27.468
<b>Passivos</b>				
Outras contas a pagar	-	-	797	797
	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	797	797

Controladora				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2015
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	332	-	332
Aplicações financeiras	16.030	-	-	16.030
Contas a receber de clientes	-	1.455	-	1.455
Empréstimos à partes relacionadas	-	4.632	-	4.632
Outros créditos	-	41	-	41
	-	-	-	-
<b>Total</b>	16.030	6.460	-	22.490
<b>Passivos</b>				
Outras contas a pagar	-	-	1.352	-
	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	1.352	-

<b>Consolidado</b>				
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>	<b>Total em 31 de dezembro de 2016</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.169	-	2.169
Aplicações financeiras	18.677	-	-	18.677
Contas a receber de clientes	-	21.029	-	21.029
Outros créditos	-	763	-	763
<b>Total</b>	<b>18.677</b>	<b>23.961</b>	<b>-</b>	<b>42.638</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	-	36.835	36.835
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	159.292	159.292
Outrascontas a pagar	-	-	838	838
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>196.965</b>	<b>196.965</b>

<b>Consolidado</b>				
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>	<b>Total em 31 de dezembro de 2015</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	8.617	-	8.617
Aplicações financeiras	19.514	-	-	19.514
Contas a receber de clientes	-	35.237	-	35.237
Outros créditos	-	19.939	-	19.939
<b>Total</b>	<b>19.514</b>	<b>63.793</b>	<b>-</b>	<b>83.307</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	-	42.043	42.043
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	166.213	166.213
Outrascontas a pagar	-	-	1.645	1.645
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>209.901</b>	<b>209.901</b>

## Valor justo

### *Instrumentos financeiros derivativos*

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**Apuração do valor justo**

- **Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma operação a ser classificada.

\* \* \*

Antonio Augusto Delgado Junior  
Diretor Presidente

Luiz Nogueira dos Santos  
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza  
Contador CRC 1SP164770/O-0